

A SÍNTESE DO CONHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM AS INTUIÇÕES PURAS NA *CRP*¹

Hálvaro Carvalho Freire²

RESUMO: O seguinte trabalho tem como finalidade tratar do modo como o sujeito transcendental estabelece representações por meio de sínteses. Kant apresenta três tipos de síntese, a saber, a de *apreensão*, a da *reprodução* e a da *reconhecimento*. O primeiro tipo diz respeito às representações na intuição, a segunda síntese reproduz tais representações na imaginação e a última síntese reconduz tais representações a conceitos. A consideração das intuições puras de espaço e tempo será fundamental para este trabalho, uma vez que cada tipo de síntese concebe tais intuições em sua atividade. A análise destes três tipos de síntese juntamente com a apreensão das intuições de espaço e tempo nos possibilitará compreendermos uma parte essencial do fundamento *a priori* da experiência.

Palavras – chave: Síntese. Imaginação. Intuição.

INTRODUÇÃO

“Imaginação, função cega, embora indispensável da alma” (KANT, 2000, A 78 B 103). Pode-se considerar essa afirmação de Kant, presente na *analítica transcendental*, um dos pontos mais enigmáticos e fundamentais da *Crítica da razão pura*. O filósofo não dedica capítulos exclusivos e sistemáticos para a imaginação como o faz para a faculdade da sensibilidade na *Estética transcendental* e para a faculdade do entendimento na *Analítica transcendental*. Porém, isto não é motivo para o estudo sobre a imaginação ser deixado de lado, pois logo no prefácio da segunda edição da *Crítica* Kant declara que temos que perceber que a própria estrutura da razão pura especulativa funciona como um órgão, ou seja, em que toda parte existe para complementar outra³. Isto significa que para compreendermos o funcionamento deste órgão (razão) devemos

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

² Mestrando em filosofia pela Universidade Federal do Ceará - (CAPES - PROCAD PUCRS).

³ Cf. KANT, B XXXVII

compreender as partes constituintes do mesmo. A imaginação, como uma parte imprescindível, ocupa um lugar fundamental por meio de sua função chamada por Kant de síntese.

1. O PROBLEMA DA SÍNTESE NAS DUAS EDIÇÕES DA CRP

Kant reúne as suas principais preocupações com relação à sua filosofia teórica na primeira edição da *CRP*. Insatisfeito com o acolhimento negativo desta obra, por conta das acusações de que ele seria apenas um “Hume prussiano”, escreve em 1783 uma síntese de sua filosofia teórica em *Prolegômenos a toda a metafísica futura que se queira apresentar como ciência*. Mas, será na segunda edição da *CRP* que Kant acrescentará alguns aspectos distintos da primeira em sua filosofia, cuja ênfase daremos as mudanças referentes ao capítulo da *Dedução transcendental das categorias*, no que tange a imaginação produtiva⁴, pois é a sua função que Kant mais enfatiza em sua obra, visto que estará mais ligada ao caráter transcendental, *a priori* de sua filosofia.

Segundo Kant, é necessário que exista um princípio interno que ligue as múltiplas representações criadas em nossa consciência, pois, do contrário, não seria possível uma unidade do conhecimento. A este princípio interno Kant chamará de apercepção transcendental. Na primeira edição da obra, tal apercepção transcendental tem que recorrer à síntese transcendental da faculdade de imaginação como possibilidade de ligar diversas representações em uma unidade⁵. A faculdade de imaginação aparece, então, como contendo o princípio produtor do conhecimento, como a condição de possibilidade para a apercepção.

A questão é que esse mesmo princípio sintético da faculdade de imaginação é explicado por Kant como uma função da faculdade do entendimento no texto da *dedução transcendental das categorias* da segunda edição. Nesta edição o filósofo afirma que “a operação do entendimento, o qual não é mais que a capacidade de ligar *a priori* e submeter o diverso das representações à unidade da apercepção, é o princípio supremo de todo o conhecimento humano” (KANT, 2001, B 135). Em outras palavras, a faculdade de imaginação aparece na primeira edição da obra como a responsável por

⁴ Kant nos fala de uma imaginação produtiva para distingui-la da reprodutiva. A primeira será ligada a uma representação original do objeto, no sentido de que estas representações não são originadas na experiência. Já a segunda, reprodutiva, consistirá apenas em reproduzir percepções empíricas, ou seja, neste aspecto a imaginação é apenas uma faculdade de representações derivadas da experiência, submetidas a leis desta.

⁵ Como afirma Kant na terceira seção da *dedução transcendental das categorias*: “O princípio da unidade necessária da síntese pura (produtiva) da imaginação é, pois, anteriormente à apercepção, o fundamento da possibilidade de todo o conhecimento, particularmente da experiência” (KANT, 2000, A 118).

fazer a síntese originária do conhecimento e, na segunda, essa mesma operação originária de síntese é realizada pelo entendimento. Desta forma, na segunda edição, a faculdade de imaginação irá apenas auxiliar o entendimento em sua síntese, não dispondo mais do caráter originário expresso na primeira edição. Ora, Kant já pressupunha que o capítulo da *dedução* seria um dos mais complexos, como ele mesmo já afirmava no prefácio da primeira edição:

Não conheço investigações mais importantes do que [...] aquelas que apresentei no segundo capítulo da Analítica transcendental, intitulado *Dedução dos conceitos puros do entendimento*; também foram as que me custaram mais esforço, mas espero que não tenha sido o trabalho perdido. (KANT, 2000, A XVI).

Kant faz uma distinção entre dois tipos de *dedução* na primeira edição. A primeira, chamada de *subjetiva*, trataria do entendimento puro, por ele mesmo, considerando sua possibilidade e as faculdades cognitivas em que se relaciona. A segunda, denominada de *objetiva*, deveria “expor” e tornar “compreensível” a objetividade dos conceitos puros *a priori* do entendimento. É na dedução *subjetiva* que Kant expõe detalhadamente três modos de síntese⁶, a saber, a síntese de *apreensão*, a síntese de *reprodução* e a síntese de *reconhecimento*. A questão é que a maior parte da explicação dada por Kant destes três modos de síntese na primeira edição é suprimida no texto da segunda. Ou seja, não há uma dedução *subjetiva* na reedição da *CRP*. Pretendemos aqui mostrar a influência que estes modos de síntese, mesmo com uma explicação menor na segunda edição, possuem na formação das intuições puras da sensibilidade, espaço e tempo. Para tal intento, usaremos, pois, passagens de ambas as edições da *CRP*.

2. A IMAGINAÇÃO E A FUNÇÃO GERAL DA SÍNTESE

Kant se refere à síntese na sessão dez da *analítica transcendental* como uma atividade que liga diversas representações e concebe a diversidade destas em um conhecimento⁷. O conhecimento neste momento ainda é “grosseiro” e “confuso”, mas é por meio da operação da síntese que a diversidade de elementos torna-se, pela primeira vez, um conteúdo para um conhecimento possível. No caso do dado no espaço e no tempo, que é formado por representações não empíricas, a síntese é denominada por

⁶ Trataremos com mais ênfase sobre estes três tipos de síntese e suas relações com as intuições puras logo adiante.

⁷ Cf. KANT, 2000, A 77 B 103.

Kant de pura. Será neste tipo de síntese que a *Lógica transcendental* irá trabalhar, pois, diferentemente da lógica geral que reduzia diversas representações a conceitos, quer sejam essas representações dadas a nós empiricamente ou *a priori*, a primeira reduz a conceitos, não meras representações, mas a *síntese pura* destas. Ou seja, a síntese pura desempenha um papel fundamental no funcionamento da *Lógica transcendental*, uma vez que esta lógica prioriza o conteúdo e a origem do conhecimento, e este, por sua vez, é sintetizado de maneira *a priori*.

Ao tratar sobre o tema da síntese Kant estabelece o que nos deve ser dado para o conhecimento *a priori* dos objetos, a saber, o diverso da intuição pura, a síntese deste diverso pela imaginação e os conceitos que darão unidade a esta síntese pura. Neste sentido, para que seja possível a síntese da imaginação é necessário que um diverso da intuição pura seja-nos dado. Logo em seguida, que esses múltiplos intuídos sejam sintetizados e, por fim, que este múltiplo ganhe unidade, possibilitado pelos conceitos do entendimento. Desta forma, pode-se afirmar que todos os processos do conhecimento pressupõem um ato de síntese, pois, como afirma Kant na *Dedução transcendental das categorias*:

não podemos representar coisa alguma como sendo ligada no objeto se não a tivermos nós ligado previamente e também que, entre todas as representações, a ligação é a única que não pode ser dada pelos objetos, mas realizada unicamente pelo próprio sujeito. (KANT, 2000, B 130).

A ligação sintética é desta forma, fundamental para a formação do conhecimento transcendental, visto que esta é condição de possibilidade para a própria formação de representações. Ao admitir que a composição de nossas representações dependem de atos de ligações sintéticas, Kant estabelece uma mudança de postura em relação a sua *Dissertação de 1770*, visto que nesta as representações eram concebidas a partir de uma relação causal. Longuenesse considera essa mudança como uma passagem para o *a priori*, pois Kant começa a considerar a representação de modo intrínseco ao sujeito, ou seja, não analisa mais esta como uma relação de causa e efeito, mas sim a partir de uma relação *a priori*, de condição de possibilidade do conhecimento⁸. A concepção de que todo conhecimento depende de atos sintéticos afasta Kant, por exemplo, do pensamento

⁸ Cf. LONGUENESSE, 2000, pg. 17-27.

de Hume⁹ e de Leibniz. O erro do primeiro consistia em acreditar que nossas representações era resultado de uma frequente associação empírica, que é o hábito. Já Leibniz, “admitiu primeiro as coisas (mónadas) [...] para depois sobre elas fundar a relação exterior e a comunidade dos seus estados, ou seja, as representações” (KANT, 2000, A 267 B 323).

O argumento de Kant sobre a síntese não está inserido, portanto, no âmbito simplesmente empírico, pois a síntese é condição de possibilidade da experiência e se estabelece entre representações puras *a priori*. O filósofo apresenta três tipos de sínteses em ambas as edições da CRP no capítulo da *dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento*, a saber, a da apreensão na intuição, a da reprodução na imaginação e da reconhecimento no conceito. Não é por acaso, que a explicação dos modos de sínteses do conhecimento está inserida neste capítulo. Uma vez que esta dedução pretende demonstrar como é possível que o objeto dado seja conhecido universalmente por conceitos *a priori*, tais objetos devem primeiramente ser unificados, ou seja, sintetizados, visto que o conhecimento é um todo de representações ligadas e comparadas entre si. Cada modo de síntese apresenta-se de maneira necessária ao conhecimento, a saber, “a *síntese da apreensão* das representações como modificação do espírito na intuição; da *reprodução* dessas representações na imaginação e a sua *reconhecimento* no conceito” (KANT, 2000, A 97).

Desta maneira, a síntese age em todas as faculdades do sujeito transcendental, na sensibilidade ela gera uma representação chamada *intuição*, no caso espaço e tempo; na imaginação ela gera imagens para que, mesmo na falta de um dado a intuição captada anteriormente não desapareça; e no entendimento ela faz com que esta imagem se unifique em um conceito. Mesmo agindo de diferentes maneiras nas faculdades, a síntese em geral é um simples efeito da imaginação¹⁰. Depois do que foi dito, vejamos agora o desdobramento de cada síntese e sua relação com as intuições puras de espaço e tempo.

3. SÍNTESE DE APREENSÃO

Kant inicia a abordagem de tal síntese avaliando que, independentemente da origem de nossas representações, se nos chegam empiricamente ou possam formar-se *a*

⁹ A crítica de Kant ao modelo empirista de Hume também se aplica a Locke, que está presente na *passagem à dedução transcendental das categorias* em A 94 – B 127.

¹⁰ Cf. KANT, 2000, A 78, B 103.

priori, estas, enquanto fenômenos estão subordinadas ao tempo, correspondente ao nosso sentido interno. Ou seja, o tempo possui, neste sentido, um papel fundamental na *apreensão* dos objetos, pois o sujeito transcendental só pode apreender algo *no* tempo. Como afirma Kant:

Toda a intuição contém em si um múltiplo que, porém, não teria sido representado como tal, se o espírito não distinguisse o tempo na série das impressões sucessivas, pois, como encerrada num momento, nunca pode cada representação ser algo diferente da unidade absoluta. Ora, para que deste múltiplo surja à unidade da intuição (como, por exemplo, na representação do espaço), é necessário, primeiramente percorrer esses elementos e depois compreendê-los num todo. Operação a que chamo *síntese da apreensão*, porque está diretamente orientada para a intuição, que, sem dúvida, fornece um múltiplo. (KANT, 2000, A 99).

Neste sentido, a síntese de *apreensão* será responsável por conceber os múltiplos no tempo e os perceber diante de um todo. Desta forma, tal síntese mediante a representação do tempo produz o diverso da intuição e o transforma em um múltiplo. Somente através do tempo, que tem sua representação possibilitada pela *apreensão* do múltiplo, que podemos distinguir um momento diferente de outro momento, e assim por diante. Ao estabelecer essa diferença, Kant pode agora afirmar que somente quando o sujeito distingue o tempo nas representações este pode transformar a multiplicidade recebida pela sensibilidade. Longuenesse denomina o desenvolvimento da síntese de apreensão como um processo de *internalização* do objeto¹¹. Isto porque uma vez que a multiplicidade captada pela nossa capacidade receptiva (sensibilidade) não são apenas dados sensoriais desformes, mas já constituem uma matéria. Esta, por sua vez, para que possa ser percebida como uma unidade pressupõe uma distinção em vários momentos *no* tempo. Ou seja, a síntese de apreensão por meio da produção da representação do tempo sintetiza o múltiplo recebido pela sensibilidade.

Pode-se afirmar, portanto, que este processo sintético de perceber múltiplos se dá de maneira *a priori*, pois, caso contrário, “não poderíamos ter *a priori* nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso” (KANT, 2000, A 100). Em uma passagem presente no capítulo II do *Sistema de todos os princípios do entendimento puro* Kant reafirma tal ideia de que a representação do espaço é produzida pela síntese de apreensão mediante a imaginação ao declarar que “o simples imaginar um sentido externo seria anular mesmo a faculdade

¹¹ A respeito da leitura de Longuenesse sobre os três modos de síntese, cf. Kant and the Capacity of Judge (2000).

de intuição a qual deve ser determinada pela faculdade de imaginação” (KANT, 2000, B 277). O que Kant quer dizer é que se o espaço fosse produzido por um “simples imaginar” exterior, essa tese cairia em um dogmatismo, visto que isto seria admitir um espaço tomado como relação entre as coisas em si mesmas. Ao contrário, para Kant o espaço é condição de possibilidade para que nos sejam dadas experiências exteriores. Este é uma intuição *pura e a priori*, no qual a representação é produzida pela imaginação transcendental. Encontra-se aqui a primeira presença da imaginação na formação do conhecimento, na mais simples conexão com o múltiplo da intuição.

Desta forma, a *apreensão* do diverso por meio da receptividade originária da sensibilidade possibilita a formação das representações das formas puras da intuição, espaço e tempo. Esta síntese age na sensibilidade para ordenar e reunir as diversas sensações captadas por essa faculdade numa representação e este múltiplo nunca pode ser produzido sem a intervenção de uma síntese¹².

4. SÍNTESE DE REPRODUÇÃO

Kant afirma que as representações apreendidas na intuição são passíveis de ligação devida uma lei empírica segundo uma regra constante. Ou seja, é imprescindível que logo depois de estabelecer os múltiplos, estes possam ser ligados, visto que “o conhecimento é um todo de representações ligadas entre si” (KANT, 2000, A 97). Isto significa dizer que para reproduzirmos algo devemos pressupor uma certa regularidade nos próprios fenômenos, caso contrário, não haveria posição para qualquer síntese empírica da imaginação reprodutora. Ou seja, por meio destas regras, as quais Kant declara que são “meramente empíricas,” é possível preservar a imagem do objeto, mesmo sem a sua presença na experiência, pois:

se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento [...] se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos (KANT, 2000, A 100 - 101).

¹² Cf. KANT, 2000, A 99.

Os exemplos do cinábrio, do homem e da terra acima citados, reforçam a ideia da necessidade de uma reprodução em uma imagem mesmo sem a presença do objeto. Como nos diz Kant, “A imaginação é a faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a presença deste* na intuição” (KANT, 2000, B 151). Este modo de síntese faz com que relembremos o passado diante do presente, ou seja, ela faz com que exista uma permanência de nossas representações ao passar do tempo. Declarar que os fenômenos só podem ser compreendidos devido a uma regularidade dos mesmos, nos levaria a considerar um empirismo. Contudo, tal regularidade dos fenômenos está fundada em um princípio *a priori*, em uma unidade sintética e necessária dos fenômenos, pois é “preciso admitir uma síntese transcendental pura da imaginação, servindo de fundamento à possibilidade de toda a experiência”. (KANT, 2000, A 101 - 102). Ou seja, a síntese pura da imaginação torna possível a reprodução dos fenômenos. No entanto, as representações resultam, em última análise, das determinações transcendentais do tempo. Contudo, o tempo ainda não origina por ele mesmo o conhecimento, necessita, pois, de uma ligação do diverso, uma síntese que torne possível a possibilidade de toda a experiência, pois:

se quero traçar uma linha em pensamento, ou pensar o tempo de um meio dia a outro, ou apenas representar-me um certo número, devo em primeiro lugar conceber necessariamente, uma a uma, no meu pensamento, estas diversas representações (KANT, 2000, A 102).

Se há na síntese de *apreensão* uma receptividade da sensibilidade em relação ao objeto dado e uma unificação deste em uma representação na intuição, a síntese de *reprodução* requer que o objeto dado na *apreensão* já possua uma certa regularidade para que possa haver uma reprodução por meio da imaginação empírica. Ou seja, no ato de *apreensão* há uma distinção entre os momentos do tempo, enquanto na reprodução, faz-se necessário a ligação de tais momentos, tornando possível, por exemplo, traçar uma linha no pensamento ou pensar o decorrer do tempo. Enquanto a síntese da *apreensão* apresenta o princípio transcendental da possibilidade do conhecimento de forma geral, a síntese da *reprodução da imaginação* tornará possível à própria experiência. Desta forma, não é o suficiente para o conhecimento apenas que o múltiplo seja dado e apreendido, faz-se necessário uma síntese de reprodução para que cada múltiplo apreendido seja compreendido em conexão uns com os outros em uma série completa.

5. SÍNTESE DE RECOGNIÇÃO

Mesmo que o fenômeno seja primeiro, sensivelmente intuído e depois reproduzido, segundo Kant, devemos pressupor ainda uma consciência que permita que aquilo que tínhamos pensado no passado não seja outra coisa no presente. Ou seja, o filósofo afirma que tem de haver uma unidade da consciência que garanta que o apreendido e o reproduzido das sínteses anteriores pertençam a um e mesmo sujeito, pois:

Se esquecesse, ao contar, que as unidades, que tenho presentemente diante dos sentidos, foram pouco a pouco acrescentadas por mim umas às outras, não reconheceria a produção do número por esta adição sucessiva de unidade a unidade nem, por conseguinte o número, pois este conceito consiste unicamente na consciência desta unidade sintética. (KANT, 2000, A 103).

A citação acima nos demonstra um exemplo da síntese de reconhecimento aplicada à matemática. O sujeito necessita ter consciência de uma unidade da síntese, pois se ele esquecesse não poderia nem formar uma representação da unidade do número, por exemplo.

Neste sentido, o diverso apreendido e reproduzido deve ser reunido numa consciência una sem a qual seriam impossíveis os conceitos e, por conseguinte, o conhecimento dos objetos. A partir desta síntese que o múltiplo apreendido e reproduzido será *pensado*. Deste modo, a síntese de reconhecimento precisa levar em consideração as duas sínteses anteriores para a partir disto reunir o múltiplo num conceito. Para tanto, essa síntese necessita de uma unidade pura, originária e imutável, a qual Kant denomina de apercepção transcendental. O reconhecimento do objeto num conceito necessita de uma identidade do próprio Eu como o sujeito que fundamenta as representações anteriores. Desta maneira, a síntese de reconhecimento trata da unidade pura que as duas sínteses anteriores necessitam para que pertençam a um mesmo sujeito, caso contrário, existiria algo “que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim” (KANT, 2000, B 132).

As unidades formadas na síntese de apreensão ainda não eram concebidas enquanto ligadas a uma consciência una. O múltiplo era ali concebido apenas como uma passagem sucessiva de diversos momentos. A [...] “consciência una é que reúne numa representação o diverso, sucessivamente intuído e depois também reproduzido” (KANT, 2000, A 103). Ou seja, a unidade que constitui o múltiplo é uma unidade formal da

consciência na síntese do diverso da representação¹³. Esta unidade *pura* é pressuposta em todos os dados da sensibilidade e na formação de representações. Tal unidade que fala Kant serve como princípio *a priori* para todos os conceitos, assim como para o diverso do espaço e do tempo das intuições da sensibilidade.

CONCLUSÃO

A síntese constitui-se, portanto, uma base fundamental para a construção *a priori* do conhecimento. O estudo desta nos possibilita perceber as formações das representações de espaço e tempo e as suas relações com o múltiplo puro. A síntese é, neste sentido, condição de possibilidade do conhecimento dos objetos da experiência e tem sua origem na capacidade de espontaneidade do sujeito transcendental. Deste modo, tal ato de síntese não pode ser derivado da experiência, pois esta condiciona aquela. Esta atividade da síntese perpassa toda a explicação *a priori* do conhecimento, desde sua origem nas intuições puras de espaço e tempo até a dedução dos conceitos puros do entendimento. Como vimos, esta síntese é sempre um efeito da imaginação, a qual organiza os múltiplos, liga e os ordena para a efetivação de um conhecimento puro e *a priori*.

BIBLIOGRAFIA

ALLISON, Henry E. *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 1983.

CASSIRER, Ernst. *Kant, vida y doctrina*. Tradução de Wenceslau Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GRAYEFF, Felix. *Exposição e interpretação da filosofia teórica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1985.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. (1ª e 2ª ed.) Tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. – 5ª ed. - Lisboa-Portugal: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

¹³ Cf. KANT, 2000, A 105.

_____. *Escritos pré-críticos*. Tradução de Luciano Codato. São Paulo: Unespe, 2005.

_____. *Textos pré-críticos*. Tradução portuguesa de José Andrade e Alberto Reis. Porto-Portugal: RES - Editora, 1978.

KEMP, Smith. *A commentary to Kant's critique of pure reason*. New York: Humanities Press, 1962.

LONGUENESSE, Béatrice. *Kant and the Capacity to Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*. Tradução de C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LINHARES, Orlando Bruno. As deduções objetiva e subjetiva na primeira edição da *Crítica da razão pura*. *Kant e-prints*. Campinas, Série 2, v. 1, n.2, 2006, p. 41-55.

MIRAGLIA, Carlos Alberto. Imaginação e Hipótese em Kant, *Dissertatio*, Pelotas, n. 6, 1997, p. 145-157.